

Cine Educação¹

Mylena SILVA²
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Este artigo pretende apresentar caminhos de aprendizagem social e cultural percorridos por estudantes de uma escola pública de ensino regular que se encontram desde 2017, na cidade do Paulista, em Pernambuco, para refletir através do cinema e do aprendizado de técnicas de produção audiovisual sobre a realidade social na qual estão inseridos. E que iniciaram a partir desses encontros a produção de filmes sobre suas demandas e a discutir sobre representatividade nos espaços culturais e sociais. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, metodologia participativa, entrevistas e observação participante. Visamos contribuir para a documentação e visibilidade dentro e fora da academia.

PALAVRAS-CHAVE: Cineclube; escola; educação; cinema; produção audiovisual.

INTRODUÇÃO

Cinema e educação

No Brasil, a relação com cinema e educação se dá desde a década de 1920, no momento em que a escola estava em processo de constitucionalização como local específico na produção de conhecimento, principalmente porque mais da metade da população estava fora dos espaços escolares e tinha outras formas de se educar, como o cinema popular, por exemplo. Por causa do crescimento urbano, a população sentia aumentar a necessidade de outras formas de se comunicar que ligassem, principalmente, letrados e iletrados. Neste mesmo período o campo educacional estava em um processo de estruturação, foi um momento de definição de normas e culturas que regeriam a educação escolar. Porém, outras formas de educação ainda eram necessárias para suprir a falta de acesso que atingia setenta por cento da população (CATELLI,2005), como por exemplo, o cinema popular.

Alguns nomes foram importantes durante este período para dar referência e caminhos para se pensar como seguiu essa relação entre cinema e educação, como o de Francisco Campos que foi Ministro da Educação no governo Provisório e “defendia a utilização do cinema e do rádio na educação e na propaganda política”. Campos formou uma comissão responsável por estudar as possibilidades de usar o cinema na educação e

¹ Artigo apresentado ao IJ 4 – Comunicação Audiovisual do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luís - MA – 30/05 a 01/06/2019.

² Graduanda em Rádio, TV e Internet pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: Mylenafreitas02@gmail.com

dela fizeram parte exibidores, produtores e educadores da época. Outro nome é o de Fernando Azevedo, responsável pela reforma educacional de 1928 e por adicionar o cinema como proposta de ensino, pois acreditava que a “educação popular pelo seu extraordinário poder de sugestão, desempenha um papel tão importante que a sua influência não só se pode comparar, mas já se considera superior à do jornal diário (...)” (CATELLI, 2004).

Roquette-Pinto, considerado o pai da radiodifusão no Brasil, também defendia além do uso do rádio, o cinema como instrumento de instrução àqueles que não tinham acesso à educação formal. Durante o Estado Novo, em 1936, ele criou junto ao Governo Vargas o Instituto Nacional de Cinema Educativo, acreditando ser um projeto que transformaria o cinema no grande veículo educativo e de integração nacional. O autor Joaquim Canuto de Almeida em seu livro intitulado “Cinema Contra Cinema” de 1931, defendia que “cinema deveria curar-se com o próprio cinema, ou seja, às exibições proporcionadas pelo ‘cinema mercantil’, que neutralizavam o trabalho dos agentes educadores, deveria contrapor-se o cinema educativo”. Ele acreditava que a educação fazia parte de um processo de adaptação social e que cabia ao Estado criar relações entre o cinema e educação, produzindo filmes educativos e formando profissionais qualificados. Estas foram as bases para a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, tendo por modelo o Instituto Internacional de Cinematografia, criado na Itália, no regime fascista.

No início do mesmo século surgem os cineclubes como práticas de consumo cinematográfico que realizam discussões a partir de um produto audiovisual, "tendo como principais atividades a divulgação, pesquisa e debate do cinema contribuíram também para a constituição do espectador crítico frente à imagem fílmica e seus desdobramentos sociais e políticos." (SALES, 2015). Eles nascem para atender uma necessidade de discussão que o consumo de cinema comercial não supria. A partir daí assumem práticas variadas de acordo com as necessidades de cada espaço, culturas e desenvolvimento social, mas apesar da flexibilidade, a sua organização institucional, a estrutura democrática, o compromisso cultural e ético e suas atividades sem fins lucrativos o difere de outras exibições de cinema.

A princípio, apesar do caráter restrito do seu surgimento, o cineclubismo marca uma nova forma de se relacionar com o cinema, a partir de reflexões críticas e coletivas,

trazendo assim uma insatisfação com o que vinha sendo oferecido no cinema comercial. Os cineclubes interferem nas comunidades das quais fazem parte, contribuem para a formação de opiniões, estimulam o senso crítico e em alguns desperta também o amor por fazer cinema como nos cineastas pernambucanos Paulo Caldas, Marcelo Gomes, Leonardo Sette, Marcelo Pedroso (NOGUEIRA, 2014), que pertencem a diferentes gerações da produção nascida em Pernambuco. Marcelo Gomes, junto com outros colegas de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco criaram o Cineclube Jurando Vingar, que realizava suas exibições no Cinema da Fundação Joaquim Nabuco, no bairro do Derby, em Recife. O cineclube sobrevivia através de contribuição mensal dos frequentadores que possuíam carteirinha de sócio e tinham acesso a todas as exibições. Existiu também o Cineclube Barravento, realizado no Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco a partir do ano de 2001, como iniciativa dos estudantes do curso de Jornalismo, Leonardo Sette, Júlio Cavani e Diogo Almeida. A proposta era trazer exibições de filmes que não fossem para as salas de cinema. Essa formação durou apenas um semestre, depois disso houve uma das fortes greves ocorridas no governo de Fernando Henrique Cardoso e as atividades deram uma pausa. Ao retornar outras pessoas assumiram o cineclube, dentre elas Marcelo Pedroso, Juliano Dornelles e Daniel Bandeira. O Barravento encerrou suas atividades quando os filmes ficaram mais acessíveis para download na internet.

Quando relacionamos o cinema e a educação é preciso entender o primeiro como uma manifestação social. Além disso, ressaltar o uso dele como uma porta para educar crítica e esteticamente os estudantes e não apenas como uma ferramenta para fixar um conteúdo já visto em sala de aula possibilitando, assim, uma ampliação da relação cultural e social com o cinema e com os colegas de sala e professores. Eloiza Gurgel traz em "A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação" que

autores como David Buckingham (2005) advertem que a educação para as mídias – educar e aprender sobre a mídia – não deve ser confundida com ensinar através ou com a mídia, não se tratando, portanto, de tecnologia educacional ou mídia educativa. Pela importância social, cultural e econômica da mídia nas sociedades modernas, ele considera essencial uma educação que possibilite aos jovens uma visão mais ampla do universo midiático, pois meios de comunicação fazem parte do nosso cotidiano, fornecendo-nos “recursos simbólicos” que usamos para conduzir e interpretar nossas relações e definir nossas identidades.

O uso do audiovisual como uma mídia possibilita o despertar da criatividade à medida que, estimula a construção de aprendizados múltiplos, em consonância a exploração da sensibilidade e das emoções dos atores sociais em formação escolarizada. O audiovisual é dotado de uma linguagem própria e compreendê-lo vai além da simples apreciação de imagens e sons, assim como ler é mais do que decodificar palavras. É preciso educar para se viver na sociedade da informação, com seu amplo e evolutivo leque de produção cultural.

Precisamos preparar a escola para organizar novos ambientes de encontro da sua comunidade e o cinema pode ser o disparador dessas mudanças. O cinema tem avançado para fora das salas de exibição comercial em busca de novos espaços de visualização e fruição, e a escola é um desses lugares. O cinema expandido tem encontrado nos centros culturais outras possibilidades nos modos de interação com o espectador, assim como diferentes experimentações artísticas têm buscado as ruas e praças para dialogar com o público em geral. Esse movimento logo chegará às escolas também, é o que esperamos! (AMÂNCIO, A. C.; CHALUPE, H.; SALVATIERRA, E.; NÚÑEZ, F. R. M.; NOVA, J. L. L.; BRAGANÇA, M.; FREIRE, R. L.)

Escola Estadual Professora Zulmira de Paula Almeida e o Educação

A partir dessas observações sobre a relação entre cinema e educação, acompanhamos um grupo de estudos em cinema e produção audiovisual em uma escola na Região Metropolitana de Recife. A Escola Estadual Professora Zulmira de Paula Almeida, de ensino regular fundamental e médio, foi fundada no ano de 1979, está localizada no bairro de Jardim Paulista Baixo, na cidade do Paulista e abriga estudantes da redondeza e das zonas rurais do município. A instituição abriga desde o ano de 2017 um grupo de encontros de discussão e produção de cinema chamado Educação, formado por estudantes da escola e tem a orientação do professor Rennan Mendes do Santos.

O Professor orientador que é conhecido artisticamente por Rennan Peixe, também é fotógrafo e realizador audiovisual e além de ministrar aulas de Língua Portuguesa na instituição, tem uma relação afetiva por ter sido estudante da instituição. Desde o ano de 2017, Peixe organiza encontros com oficinas de produção e técnicas audiovisuais, atividades com a participação de alguns outros realizadores, estimula a produção de filmes com ideias e roteiros sugeridos e produzidos pelos próprios estudantes. As atividades são abertas para qualquer estudante e de qualquer ano do fundamental ou do ensino médio. E em parceria desde o início do ano 2018 com a autora deste artigo, os alunos estão em contato maior com atividades cineclubistas com

exibições de filmes que geram discussões sobre temas que já fazem parte da realidade da maioria dos estudantes como gênero e raça.

A escola disponibiliza o espaço e equipamento de projeção quando é necessário, porém na maioria dos encontros o professor responsável prefere usar o seu próprio equipamento para não correr o risco de danificar o da escola. Apesar dessa disponibilização oferecida pela escola, a estrutura ainda é limitada. Como a instituição não possui sala de vídeo, os encontros são realizados na biblioteca, que apesar do amplo espaço não tem um local adequado para projeção de vídeos, então para que as exposições aconteçam em todos os encontros é necessário ressignificar alguns objetos da sala, como uma mesa que é colocada em cima da outra para improvisar uma tela para projeção.

Os encontros acontecem sempre após o horário de aula da escola, pois como a atividade não faz parte do plano pedagógico da instituição, eles acontecem como um projeto paralelo e por isso, não existe um momento dentro da grade curricular reservado para as atividades. E esse horário acaba influenciando na participação dos alunos, pois é horário de almoço e o interesse e frequência acabam diminuindo, além de que vários dos participantes moram na zona rural e tem horário para pegar o transporte de volta para casa e por isso, alguns precisam sair no meio das discussões.

Ao falar sobre os encontros nós precisamos pontuar um dos suportes usados para dar início à pesquisa, que foi o livro Cinema e Educação: lei 13.006, reflexões, perspectivas e propostas (s/d), organizado por Adriana Fresquet. A obra traz considerações a respeito da Lei de 2014 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

“A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.” (PLANALTO)

A edição de Cinema e Educação: a lei 13.006, reflexões, perspectivas e propostas traz três crenças a respeito do cinema e educação. A primeira é "na possibilidade que o cinema tem de tornar comum o que não nos pertence o que está distante, as formas de vida e as formas de ocupar os espaços e habitar o tempo." A segunda crença é "na escola como espaço em que o risco dessas invenções de tempo e espaço é possível e desejável" e que assim se pode reinventar e ressignificar formas de

ver e estar no mundo. A terceira trata-se da crença na capacidade intelectual e sensibilidade das crianças e jovens que frequentam a escola (FRESQUET; MIGLIORIN, s/d).

Além das crenças, os autores fazem dez considerações a respeito dos aspectos contemplados pela lei. Fazem parte dessas considerações à democratização do acesso das produções realizadas no país e a possibilidade de atingir um número maior de pessoas, além da diversidade das obras apresentadas fugindo do que já é reproduzido massivamente nos cinemas tradicionais, a possibilidade de priorizar os filmes que são produzidos com recursos públicos e possibilitar a identificação com o sotaque, a cultura e paisagens. Outra consideração feita é na possibilidade que o cinema nos dá de crer sem deixar de duvidar, imaginando

a escola como um cenário especial que tenciona o gesto de acreditar e criar com a postura crítica e questionadora da dúvida, ao mesmo tempo em que a crença no real e no mundo é parte da forma como podemos ser tocados no cinema (FRESQUET; MIGLIORIN, s/d).

Também vendo o filme imaginando como ele foi feito, seus processos de criação e reflexões misturando-as em suas emoções. Questiona-se o poder da lei, “sim, uma lei pode não ser nada, mas pode também ser uma revolução no ambiente escolar”, a partir da estrutura que as escolas podem oferecer para as exposições.

É importante pontuar que a lei existe, mas não existiu um planejamento para as possibilidades de implantação, não existiu também uma reforma no currículo pedagógico para abrigar as 2h que a lei indica e que nem todas as escolas possuem recursos para realizar as exposições. Os autores também acreditam que

“ver cinema, em alguma medida, nos coloca na disposição de criar. Se no início criarmos apenas imagens, ideias, sentimentos a partir da projeção, ativarmos a nossa imaginação, em breve estaremos sendo tomados pela necessidade de filmarmos”,

como exemplo disto podemos lembrar os casos dos cineastas pernambucanos, citados anteriormente, que tiveram em sua formação o contato com cineclubes.

Logo no primeiro ano dos encontros, o grupo de estudantes realizou um documentário intitulado "TRANSdisciplinaridade", que aborda um pouco da realidade de estar fora dos padrões heteronormativos no ambiente escolar. O filme está disponível na internet e também entrou para o circuito de festivais de cinema. Sua primeira exposição

¹no Cinema São Luiz, um dos mais antigos e tradicionais cinemas da cidade do Recife aconteceu ainda em 2018, no FESTCINE - Festival de Curtas de Pernambuco. A partir dessa prática já existente, junto às teorias e registros já feitos, buscamos perceber quais os impactos na vida estudantil e cidadã dos alunos, observando o consumo dos filmes e as relações sociais a partir dos encontros, o estímulo de debates sobre as obras e sobre temas atuais e presentes na realidade do jovem periférico. O foco das atividades gira em torno do debate em torno da realidade periférica, familiar e escolar.

Considerar a produção audiovisual como ferramenta educacional significa que a atividade de narrar histórias com imagens, movimentos e sons pode atuar na consciência dos atores sociais e no âmbito sociocultural, caracterizando-se como um formidável instrumento de comunicação, pesquisa, aprendizado, intervenção, fruição e protagonismo. Podemos dizer que o aprendizado da linguagem e produção audiovisual desloca os atores sociais da posição passiva de espectadores a partir do contato com as produções e debates acerca das questões estéticas e críticas para a realização de suas próprias informações.

Saber utilizar os recursos tecnológicos, ter acesso a estes como forma de emancipação da criticidade e difusão da comunicação humana deve compor o planejamento pedagógico do ensino básico, e o audiovisual pode ser materializado em técnicas e estéticas como auxílio a essa emancipação, melhorando a qualidade do ensino e da vida dos educandos. Então, é papel da escola pública permitir a integração tecnológica, dentro de sua realidade individual, visto a realidade socioeconômica de grande parte das famílias que não possuem acesso a diversos tipos de tecnologia.

Assim, a gente fica mais estimulado pra vir, sabe? Dentro de uma realidade onde a gente não tem tanta oportunidade, sabe? Num sistema onde a gente não tem tanto contato com as coisas, ter um contato pelo menos com o audiovisual, isso desperta muito a gente. Isso faz a gente tomar outros caminho e esse trabalho aqui dentro da escola ajuda bastante. (Gabriel Machado)³

Dentro da escola, o cinema deixa de ser apenas uma diversão cultural para ser visto como um espaço capaz de produzir sentidos que envolvem múltiplas subjetividades. Ele permite antagonizar, provocar deslocamentos desconstruindo posições dicotômicas e essencialistas características no contexto discursivo que é próprio do espaço/tempo escolar (GABRIEL, 2013).

³ Gabriel Machado, estudante da Escola Professora Zulmira de Paula Almeida e Integrante do EducAção.

Atualmente, Alain Bergala (2002, p.32) questiona a capacidade da Educação Nacional, como instituição, e as condições das escolas de acolher a arte e o cinema como bloco de alteridade.

a escola, tal como funciona, não foi feita para esse trabalho, mas ao mesmo tempo ela representa hoje, para a maioria das crianças, o único lugar onde esse encontro com a arte pode se dar. Portanto, ela deve fazê-lo, ainda que sua mentalidade e seus hábitos sofram um pequeno abalo.

O autor propõe também que é preciso pensar o filme não como um objeto, mas como o produto final de um processo criativo.

Dentro da sua pesquisa, Bergala (2008) defende que “pode-se obrigar alguém a aprender, mas não se pode obrigá-lo a ser tocado (...)” e a partir daí a escola pode proporcionar o encontro individual e decisivo com uma obra, mas não pode determinar a relação desse indivíduo com ela. “Esse encontro depende mais de uma iniciação do que da aprendizagem, e a escola nunca poderá programá-lo ou garanti-lo”. Dentro desse encontro, para o autor, a escola deve conservar um papel não negligenciável e este papel é de quatro ordens. A primeira, explica que a escola deve colocar ao máximo a criança e o adolescente em contato com o máximo de filmes que estes dificilmente veriam fora dela. E que esse encontro é quase sempre irremediável, levando a impressão do indivíduo para o melhor ou o pior. A segunda é sobre a influência e a iniciação de um professor no interesse de um aluno por uma obra de arte e que alguns podem achar perigoso, pois pode enfraquecer o livre-arbítrio e o espírito crítico e segue da indagação de “mas qual poderia ser o alcance real de uma abordagem de arte que não fosse ao mesmo tempo uma iniciação?”. Na terceira, o autor diz que “depois do encontro, o papel da escola deveria ser o de facilitar um acesso maleável, permanente, vivo, individualizado do filme. E iniciar as crianças a uma leitura criativa, não apenas analítica e crítica.” E que a ideia de espectador-criador não é muito familiar para a escola, pois há uma necessidade dar mais tempo a obra e ao aluno, para que ela se revele de acordo com a sensibilidade de cada um. Na quarta é trazido como uma das principais funções da escola tecer alguns fios condutores entre obras do presente e do passado formando laços para que facilite o entendimento.

Jacques Rancière (2007) afirma que na relação mestre e estudante, é preciso que exista uma “terceira coisa”, que pode ser um livro, uma experiência, algo que ative a curiosidade da busca e da criatividade de quem aprende desvendando o que não

conhece, ao relacioná-lo com o que já conhece, e compartilhar sua aventura intelectual com o outro.

Colin Lankshear e Michele Knobel em seus estudos sobre os letramentos no contexto digital enfatizam muito mais o "como nós aprendemos" e não só o "que nós aprendemos" e que o conceito de aprendizagem social envolve três ideias principais: primeiro que essa aprendizagem ocorre em contextos de interações estáveis, nos quais existem coisas a serem feitas, conhecidas, dominadas. A segunda ideia é de que a aprendizagem social é colaborativa, no sentido de que os participantes compartilham o que estão fazendo e tentando entender, compreendendo conceitos a partir das interações e comunicação. A terceira é a ênfase do no aprender *a ser* e não simplesmente *sobre*. Dialogando com os autores, a valorização do cinema como um bem cultural pode ajudar-nos a encontrar uma maneira de inovação dentro do ambiente escolar e oferecer aos alunos uma outra maneira de se relacionar com o cinema como manifestação cultural.

“Nesse processo, formador de experiência e fazeres, o cinema permite ampliar os significados, contribui para a criação do gosto e de novos saberes, por meio das mediações simbólicas das novas configurações sócio-históricas. Assim, compreendendo que os universos reais e fictícios projetados na tela simulam contextos e cenários que retratam valores individuais e coletivos, estes poderão ser sempre discutidos e ampliados por meio do debate no ambiente escolar.”
(FERREIRA)

Analisamos e observamos o desenvolvimento dos estudantes durante as atividades tanto cineclubistas quanto nas oficinas e através de entrevistas e foi possível entender que o processo de identificação com a produção audiovisual que nos é oferecido comercialmente não existe e eles entendem os porques de não se verem representados nas produções da grande mídia hegemônica. Houve um despertar de interesse de contarem suas próprias histórias e serem protagonistas dela.

Estudei, pesquisei vários roteiros. Li muito, muito, muito sobre roteiro e assim, sempre vinha uma ideia na minha cabeça só que sempre tem incentivo também, das partes, né? E aí, peguei várias histórias de livros que eu também já li sobre comportamento ou coisas abusivas e juntei praticamente tudo em um roteiro só.
(WILMA DRIELLY)⁴

Dentro dessa relação entre cinema e educação, podemos considerar o cineclubismo como uma grande ferramenta para proporcionar esse encontro, sendo uma

forma de recuperar o contato do indivíduo com o mundo em meio a tanta massificação entre as relações individuais e coletivas. Sobretudo pela sua relevância social e cultural, as atividades são voltadas para o caráter político, social e cultural, principalmente, entendendo que a capacidade de incentivar a formação de opiniões, novas formas de olhar o mundo ao redor modifica a cultura a qual o indivíduo está envolvido. Considerando também os cineclubes como os primeiros a pensar na arte do cinema como prática educadora e socialmente construtiva. Anderson Barreto (2010) destaca que para que o cineclubismo existir é preciso pensá-lo dentro de três condições, a primeira é que não deve haver fins lucrativos, segundo, deve manter o caráter democrático, terceiro, é preciso que a atividade tenha um compromisso cultural. O autor ainda traz mais algumas observações sobre a prática cineclubista e sua relevância social.

[...] através do cineclube, o cinema pode chegar mais facilmente a públicos diferentes, comumente não privilegiados, excluídos da massa “culturalmente elitizada”. Ou seja, através da leitura e da discussão, a sétima arte deixa de ser exclusiva das salas comerciais de exibição e dos festivais elitistas, passando a ser vivenciada também por aqueles que não têm condições sequer de pagar, por exemplo, um ingresso de cinema.

Por fim, nota-se que a experiência possibilitou um exercício maior no entendimento do lugar de fala e do protagonismo das personagens. Apesar de direcionar os temas discutidos nos encontros, os filmes exibidos e ajudar na condução da discussão praticamos a todo o momento o exercício da audição, entendendo e respeitando os alunos como os seres pensantes que são, dotados de vivências que validaram tudo o que era e ainda é levado por nós e por isso, permitindo que de fato fossem protagonistas do que estava acontecendo. Diante de uma mídia que normalmente não dá espaço para que vozes negras, periféricas e jovens ecoem donas de seu lugar de fala, tentar torná-los conscientes de seu protagonismo foi um rico trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Anderson G. P. **O cineclube como instrumento de inclusão dos jovens da periferia**. Pernambuco, 2010.

BERGALA, Alain. **A Hipótese-cinema**: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. In: FRESQUET, Adriana. Coleção Cinema e Educação

CATELLI, R. E. **Aprender a ver: o cinema e a irradiação da educação e da cultura, entre os anos de 1920 e 1940**. Bahia, 2004.

CATELLI, R. E. **O CINEMA EDUCATIVO NOS ANOS DE 1920 E 1930: algumas tendências presentes na bibliografia contemporânea**. Bahia, 2005.

FRESQUET, Adriana. (org.). **CINEMA E EDUCAÇÃO: A Lei 13.006**. Reflexões, Perspectivas e Propostas. BH: Universo Produção, 2015.

FRESQUET, A. MIGLIORIN, C. Da obrigatoriedade do cinema na escola, notas para uma reflexão sobre a lei 13.006/14. **CINEMA E EDUCAÇÃO: A Lei 13.006**. Reflexões, Perspectivas e Propostas. BH: Universo Produção, 2015

GABRIEL, Carmen. **Currículo e cinema na educação básica**: reflexões sobre uma articulação discursiva possível. In: FRESQUET, Adriana. Currículo de cinema para escolas de educação básica. Rio de Janeiro: 2013. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NOGUEIRA, A. M. C. **A brodagem no cinema em Pernambuco**. Pernambuco, 2014.

PIRES, E. G. A experiência Audiovisual Nos Espaços Educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.1, p. 281-295, jan./abr. 2010.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**. Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROMANCINE, Richard. Colin Lankshear e Michele Knobel: Aprendizagem social e novas tecnologias. **Comunicação & educação**. São Paulo, n. 1, p. 94, jan/jun 2015.

SALES, P. C. **O movimento cineclubista brasileiro e suas modulações na recepção cinematográfica**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Santa Catarina, 2015.